

## **Interpretações da colônia e transição do feudalismo ao capitalismo**

Carlos Alberto Cordovano Vieira  
Mestre: História Econômica - UNICAMP

### **Introdução**

A presente comunicação pretende discutir as interpretações da colônia no pensamento brasileiro de fundamentação no materialismo histórico, à luz de uma questão fundamental, qual seja, a relação entre as interpretações da estrutura e dinâmica da sociedade colonial e as interpretações da transição do feudalismo ao capitalismo. Esta problemática será situada no quadro do debate, referido ao materialismo histórico, sobre o sentido das transformações da sociedade brasileira contemporânea. Pretendemos demonstrar a centralidade da conexão entre as interpretações sobre as duas dimensões, a saber, a dimensão colonial e européia, não somente para compreender, de modo mais abrangente, o sentido das interpretações da colônia, mas também os dilemas da sociedade brasileira contemporânea. Com esse intuito, circunscrevemos a discussão às obras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Fernando Novais, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso.

O movimento metodológico que deve orientar a reflexão referida ao materialismo histórico aponta para a inserção do objeto na totalidade no interior da qual adquire sentido como parte em conexão orgânica com o todo. A problemática das interpretações da colônia traz à baila, de imediato, essa questão tão logo revela formas profundamente distintas de considerar a estrutura da sociedade colonial; tão logo revela formas distintas de mobilizar a categoria modo de produção como momento fundamental de apreensão dos processos históricos. Não pretendemos sistematizar a discussão o que, de resto, foi objeto de trabalho precedente.<sup>1</sup> Aqui, pretendemos somente discutir o problema da conexão entre a dimensão colonial e européia, a partir da articulação e confronto entre interpretações da colônia e interpretações da transição européia, como passo no movimento de inserção do objeto, a saber, a sociedade colonial, numa totalidade orgânica.

“Assim, a localização do fenômeno na totalidade de que faz parte, situando em seus nexos, permitiria a apreensão das categorias a partir das quais a reconstrução inteligível se torna uma possibilidade. Note-se, contudo, que o problema, ainda assim, persiste; pois, se a inserção num contexto mais amplo permite a formulação das categorias explicativas, quando é o próprio contexto mais amplo que está em questão, a dificuldade reaparece em toda a sua força.”<sup>2</sup>

A preocupação em definir a estrutura subjacente à sociedade colonial, que confere sentido ao seu movimento, perpassa o conjunto do debate. O debate sobre a sociedade colonial impõe o problema da apreensão da estrutura e dinâmica de uma sociedade que se apresenta como extensão do desenvolvimento da sociedade europeia, e ao mesmo tempo conforma-se como realidade concreta particular. Ou seja, increve-se nas articulações sistêmicas do mercado mundial, ao mesmo tempo em que edifica relações de produção específicas. Como compreender de modo integrado essas duas dimensões e definir os marcos da totalidade histórica subjacente à sociedade colonial é a questão que perpassa todo o debate. Assim, a reflexão brasileira confronta-se com duas tendências polares, quais sejam, considerar a sociedade colonial como parte da expansão da civilização europeia, em particular, em seus nexos sistêmicos mercantis, ou considerá-la como organismo específico, definido sobretudo em suas relações senhoriais e escravistas. Naturalmente, o debate apresenta-se complexo, encerrando várias formas de gradação e de articulação das referidas tendências. Mas, cumpre observar, o debate implica em distintas formas de compreender o movimento da sociedade europeia no momento da transição, em particular a posição do capital mercantil e do antigo sistema colonial.<sup>3</sup>

“Uma das dificuldades reside no peso que se atribui ao sistema colonial na definição das estruturas internas das colônias. Por sua vez, a interpretação do sistema colonial mercantilista dependerá, no essencial, de como se interpretar a natureza da economia da Época Moderna. (...) Não resta dúvida que, para os autores marxistas brasileiros a discussão da questão colonial começa na análise das transformações ocorridas na sociedade europeia em decorrência da crise do feudalismo.”<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Carlos Vieira, *Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista*. Tese de Mestrado, IE-UNICAMP, Campinas, 2004.

<sup>2</sup> Fernando Novais, “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”, in Reginaldo Moraes *et alli* (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>3</sup> José Roberto do Amaral Lapa: “Introdução ao redimensionamento do debate”, in José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

<sup>4</sup> Lígia Osório Silva, “Feudalismo, capital mercantil, colonização”, in João Quartim de Moraes e Marcos del Roio (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, 4 vols., vol IV: *Visões do Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, pág. 20.

A seguir, apresenta-se uma breve consideração sobre as interpretações da colônia, sem o propósito de uma sistematização exaustiva, mas como orientação introdutória para a discussão posterior. Depois, segue a discussão sobre as conexões entre as interpretações da colônia e da transição do feudalismo ao capitalismo, objeto último do trabalho. O último ponto procura delinear as implicações mais gerais do debate, referidas à problemática dos dilemas da sociedade brasileira contemporânea, nos marcos do debate em tela. Enfim, breves considerações finais, que, naturalmente, não se pretendem definitivas.

### **Interpretações da colônia**

A historiografia brasileira de fundamentação no materialismo histórico confronta-se com a dupla dimensão da sociedade colonial e mobiliza de formas diversas as categorias marxistas e as interpretações acerca do sistema colonial e da formação do capitalismo, para elaborar distintas interpretações da colônia, que implicam, guardadas as devidas mediações, em distintas formas de compreender o movimento estrutural da sociedade brasileira contemporânea.

As interpretações sistêmicas, consolidadas nas obras de Caio Prado e Fernando Novais, apreendem a estrutura e dinâmica sociedade colonial como parte constitutiva do sistema complexo conformado e organicamente articulado pela expansão da civilização européia no quadro da época dos descobrimentos. Vale dizer, atribuem centralidade aos nexos mercantis que articulam a expansão das monarquias absolutistas, no contexto da formação dos Estados nacionais, e a ampliação do mercado mundial. Ou seja, a sociedade colonial conforma-se como parte inserida numa totalidade histórica, definida pelos nexos mercantis sistêmicos que constituem o processo de formação do capitalismo; constitui-se como pólo complementar e reflexo, peça na acumulação primitiva de capital, objeto da exploração mercantil. MetrÓpole e colônia inscrevem-se numa única totalidade, e as determinações das estruturas internas ao espaço colonial, são na verdade determinações internas ao sistema. Como pólo complementar e reflexo, sua organização econômica será marcada por uma profunda extroversão, manifesta na precariedade e instabilidade da vida material. Como peça da acumulação primitiva e objeto da exploração mercantil, verá tolhidas suas possibilidades de acúmulo progressivo de riqueza. Essa extroversão revela-se no conjunto da vida da colônia, pela absoluta anomia social, ou seja, pela ausência de formas elementares de solidariedade.

As tentativas de compreender a colônia como manifestação particular de modos de produção universais, expressas nas obras de Werneck Sodré e Alberto Passos, apontaram para a necessidade de articular a dimensão mercantil da exploração colonial com as formas socioeconômicas instaladas no interior do espaço colonial. Seu fundamento seria referido à dimensão das relações de produção, de onde derivam diretamente concepções de modo de produção implícitas nessas interpretações. Assim, a colônia apresentaria um mosaico de formas, em particular, formas escravistas, feudais, ou híbridas. Mas, aqui, a dupla dimensão da vida colonial aparece na justaposição de duas dinâmicas determinadas, respectivamente, pelos vínculos de exploração mercantis, constitutivos da acumulação primitiva, e pelas relações de produção escravistas ou servis. Assim, o movimento da sociedade colonial seria determinado, externamente, pela exploração do capital mercantil e, internamente, pelas relações de produção pré-capitalistas, muito embora essas duas dimensões nem sempre apareçam organicamente articuladas numa unidade.

Enfim, a perspectiva do escravismo colonial, elaborada por Jacob Gorender e Ciro Cardoso, procura enfrentar a questão definindo um modo de produção especificamente colonial, que seria caracterizado justamente como um modo dependente, de base escravista. As forças dinâmicas dessa sociedade estariam inscritas nas contradições constitutivas desse modo de produção. A partir da elaboração de um modo de produção dependente, propõe-se articular as duas dimensões pela apreensão de uma dinâmica específica do escravismo colonial, determinada, simultaneamente, por estruturas externas e internas. Confere-se centralidade à dimensão das contradições implícitas nas relações de dominação escravistas, inseridas no contexto específico do modo de produção colonial.

Assim, sob o prisma da dupla dimensão da sociedade colonial, pode-se delimitar o debate, segundo a tendência de definir os marcos da reprodução da sociedade colonial no interior da dinâmica de reprodução do antigo sistema colonial como totalidade ou na base de estruturas internas ao espaço colonial. Ou seja, pode-se delimitar o contraponto entre a idéia de extroversão e a idéia de um modo de produção relativamente autônomo, como eixo de interpretação da sociedade colonial. Nessa chave, inscrevem-se as distintas formas de delimitar a totalidade que compreende o objeto, a saber, a sociedade colonial, e de interpretar o processo de diferenciação subjacente à formação da sociedade brasileira contemporânea.

O centro do debate recai sobre a questão da apropriação do excedente. Pois, considerado o problema em termos da reprodução de uma totalidade definida pelo sistema colonial, como movimento de acumulação primitiva de capital, a sociedade colonial deverá conformar-se como organismo complementar e reflexo ao pólo metropolitano, que implica na impossibilidade de internalização do excedente, da acumulação. Mas, compreendida como substrato social de um modo de produção relativamente autônomo, a sociedade colonial poderia (e deveria) engendrar formas internas de reprodução e acumulação. Por certo, esse debate tem implicações sobre o problema do desenvolvimento subsequente da sociedade brasileira, seja nos termos da problemática da formação nacional ou do desenvolvimento do capitalismo. A compreensão do passado colonial é fundamental no debate sobre o sentido do desenvolvimento da sociedade brasileira, e propõe como questões fundamentais o problema das conexões entre dinâmicas externas e internas, do padrão de relação com o sistema mundial e da acumulação de capital. Assim, nesse debate, é fundamental discutir a posição do sistema colonial no quadro da transição do feudalismo ao capitalismo e a estrutura e dinâmica da sociedade colonial.

### **Interpretações da colônia e da transição do feudalismo ao capitalismo**

Os debates sobre a crise do feudalismo e a transição ao capitalismo foram objeto de muitos estudos, e não pretendemos retomá-los numa síntese exaustiva, senão apenas discutir algumas questões fundamentais, presentes, de forma mais ou menos explícita, no debate sobre a sociedade colonial. Por certo, o problema da transição do feudalismo ao capitalismo, do caráter da sociedade européia na época do Antigo Regime não aparece com o mesmo rigor ou a mesma insistência no conjunto das grandes interpretações da colônia de inspiração marxista, pelo menos aparentemente, porque estas refletiram o estado das artes do próprio debate europeu no momento em que foram construídas. Isto é, o problema estará mais presente nos debates mais recentes, quando as discussões européias parecem, sob o peso de algumas décadas, mais sedimentadas. No entanto, a discussão da estrutura da sociedade européia e a dinâmica da transição do feudalismo ao capitalismo é momento fundamental para situar a posição das colônias no quadro geral da época e a natureza de suas relações com o espaço metropolitano. A consideração desse quadro histórico está presente em todas as interpretações em tela e refere-se aos seguintes temas, como passos fundamentais: a crise do feudalismo, a

estrutura da sociedade européia e a dinâmica da transição, o caráter das monarquias absolutistas e a posição do capital mercantil.

O debate brasileiro de inspiração marxista tem como eixo o problema do modo de produção como categoria explicativa das estruturas e dinâmicas em que está inserida a sociedade colonial. Em particular, compreender a colônia a partir de suas conexões mercantis sistêmicas ou de suas estruturas ditas internas implica, em última instância, em considerar de modo diverso a natureza dos nexos que vinculam espaços coloniais e metropolitanos e, portanto, a estrutura da sociedade européia e a dinâmica da transição. A idéia de sistema colonial pressupõe uma articulação entre os dois pólos, como partes organicamente integradas numa única totalidade, que não podem ser compreendidas em si mesmas, isoladamente. Ou seja, a estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial remete a uma compreensão da transição do feudalismo ao capitalismo e da acumulação primitiva de capital, que confere centralidade ao desenvolvimento do capital mercantil, em conexão com a afirmação das monarquias absolutistas. Assim, em última instância, trata-se de uma dinâmica orientada no sentido da acumulação de capital em sua forma mercantil. Mas as interpretações que procuram sublinhar a existência de uma dinâmica em parte situada nas estruturas internas ao espaço colonial deverão reconsiderar a idéia de unidade sistêmica e assim relativizar a centralidade do capital mercantil nesse processo. Vale dizer, a formação do capitalismo e a acumulação primitiva serão vistas sobretudo a partir dos movimentos situados no interior da sociedade européia, assim como a colônia apresentará seus elementos dinâmicos internos. Portanto, considerando as diversas possibilidades de gradações e ponderações que todo debate complexo apresenta, a questão central reside em compreender o capital mercantil como nexo fundamental de uma única totalidade sistêmica ou como vínculo mediador entre duas estruturas definidas em parte a partir de seus nexos internos. Com isso, desde logo, a discussão desloca-se para o debate europeu sobre a transição.

A referência primeira que aparece nos debates sobre a crise do feudalismo e a transição ao capitalismo remete às interpretações consolidadas a partir dos trabalhos de Henri Pirenne.<sup>5</sup> Trata-se de compreender a crise e a dissolução dos laços feudais pela força dos desenvolvimentos mercantis, desde a abertura do comércio mediterrâneo. Nessa leitura, está

---

<sup>5</sup> Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, trad. Lycurgo Motta. 6ª. edição. São Paulo, Mestre Jou, 1982.

implícita uma concepção da sociedade feudal situada, essencialmente, ao nível das relações econômicas de circulação, ou seja, a compreensão do feudalismo como uma *economia fechada*. Uma economia auto-suficiente em que a produção e o consumo realizam-se nos limites das próprias unidades produtivas que, de resto, circunscrevem os marcos de todas as formas de sociabilidade – uma economia sem troca e sem moeda. O renascimento das relações mercantis seria suficiente para provocar a corrosão das bases da sociedade medieval, possibilitando o desenvolvimento mesmo do capitalismo. Nesse caso, muitas vezes, o próprio desenvolvimento mercantil seria identificado com o “capitalismo” e, portanto, a empresa colonial como negócio definido em marcos ditos capitalistas. Embora distante de um diálogo sem percalços no campo do marxismo, essa interpretação, também chamada “modelo mercantil”, exerceu forte influência no debate de orientação marxista, tanto no europeu sobre a transição quanto no brasileiro sobre a colônia, como, de resto, em toda a historiografia. Grande parte do debate brasileiro sobre a sociedade colonial, em particular quanto à posição das determinações sistêmicas, toma como referência o problema da incompatibilidade do chamado “modelo mercantil” com as categorias de Marx.

As tensões que emergem do diálogo com a historiografia de orientação marxista remetem sobretudo a dois problemas profundamente imbricados. Em primeiro lugar, o renascimento do comércio aparece como abertura de possibilidades para a realização de certos impulsos mercantis outrora tolhidos por entraves impostos à sociedade europeia medieval. Ou seja, o feudalismo aparece como interlúdio, interrupção de um movimento milenar de desenvolvimento das tendências ao intercâmbio, que remonta à antiguidade clássica, senão a tempos mais remotos. E assim, o desenvolvimento do intercâmbio aparece menos como imposição violenta de uma racionalidade exterior aos indivíduos socialmente atomizados, constitutiva de estruturas de dominação, e mais como produto da escolha dos indivíduos, diante da possibilidade de realização das trocas. Ora, nesses termos, essa leitura poderia aproximar-se de uma tradição liberal porquanto em muitos casos tende a situar a análise na esfera da circulação, abstraindo a historicidade de determinadas relações fundamentais para o marxismo. Em casos extremos, está mesmo em pauta a idéia de propensões ao intercâmbio inscritas na natureza humana e, com isso, o risco da teleologia.<sup>6</sup> Isso remete ao segundo

---

<sup>6</sup> Ellen Meiksins Wood. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro; apres. Emir Sader. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

problema, que diz respeito ao conceito de capital e à especificidade da relação-capital no modo de produção capitalista. Por certo, a leitura de Marx não permite identificar o predomínio do capital mercantil com o surgimento do modo de produção capitalista. Ou seja, identificar a acumulação mercantil com o processo de acumulação de capital como movimento auto-referido, e de autonomização relativa da esfera econômica, que preside o capitalismo em sua especificidade. Assim, a incorporação pela historiografia de orientação marxista das contribuições incontestes dessa tradição será prenhe de tensões e percalços. E, no entanto, sua influência estará presente.

O debate brasileiro de orientação marxista apresentará duas linhas básicas de interpretação do problema. Quanto à relação entre o renascimento do comércio e a crise do feudalismo, os autores, em grande medida, aproximam-se, incorporando a tese de Maurice Dobb acerca da necessidade de considerar a estrutura feudal sobre a qual se instalam os desenvolvimentos mercantis. Afastam-se, pois, de Paul Sweezy, em suas afirmações acerca do motor externo da transição. Afastam-se também da tradição de Henri Pirre porquanto reconhecem a diferença entre a dinâmica capital mercantil e o movimento do modo de produção capitalista plenamente constituído. Entretanto, divergem quanto ao modo de compreender a estrutura e dinâmica da sociedade do Antigo Regime e, portanto, em certa medida, quanto ao processo de transição e formação do capitalismo. Nesse plano, pode-se captar a forma diversa de demarcar a posição do capital mercantil na Época Moderna e de definir os nexos estruturais que explicam, em última instância, o movimento da sociedade colonial. Parece possível organizar o debate, distinguindo uma interpretação que reivindica o caráter feudal do Antigo Regime. Um feudalismo em profunda transformação, em declínio, que ainda define a estrutura daquela sociedade, embora apresente certos traços embrionários de formas capitalistas em ascensão. Noutro pólo, uma interpretação que compreende a sociedade européia como uma sociedade de transição, regida por uma dinâmica própria, que não poderia ser reduzida ao feudalismo ou capitalismo. O movimento secular de transição teria como força dinâmica o domínio do capital mercantil, em progressiva acumulação, em conexão com o processo de formação dos Estados nacionais. Por isso, definido como *capitalismo comercial*, nos termos de um predomínio formal do capital.

Werneck Sodré e Alberto Passos filiam-se à primeira tendência de interpretação e procuram definir o caráter essencialmente feudal da sociedade européia. Werneck Sodré